

35° Encontro Anual da ANPOCS

GT26 – Pensamento Social Latinoamericano

**Marxismo e indianismo na Bolívia: inovações
teóricas no pensamento político do grupo
Comuna**

Rodrigo Santaella Gonçalves

Introdução

O debate a respeito das possibilidades da utilização das categorias marxistas, tanto na análise quanto na prática política do continente latino-americano, é antigo. Em princípios do século XX, o pensador peruano José Carlos Mariátegui foi o grande ícone de uma empreitada até então inédita no sentido de adaptar o arcabouço teórico marxista à realidade do continente latino-americano, especialmente a andina, afirmando que o socialismo na América Latina não poderia ser uma simples cópia dos modelos aplicados na Europa. Desde então, diversos autores marxistas latino-americanos sempre estiveram preocupados com a adaptação do marxismo para a realidade do subcontinente. Sejam autores considerados clássicos como Caio Prado Júnior e o próprio Mariátegui, alguns dos principais marxistas bolivianos do século XX como René Zavaleta Mercado, ou marxistas contemporâneos, muitos foram os pensadores que representaram, a partir de perspectivas diferentes, a obsessão dos marxistas da América Latina em produzir uma análise marxista da realidade latino-americana baseada na história e na conformação social do continente, a fim de fundamentar uma ação política de transformação da realidade.

Na Bolívia, a corrente de pensamento fundada pelo grupo Comuna encarna quase que totalmente essa busca nas duas últimas décadas, tendo uma produção teórica vasta, que destoa positivamente do momento de pouca produção de teoria social e política marxista na América Latina (SADER, 2009). Com o intuito principal de analisar a realidade boliviana para transformá-la, alguns pensadores do grupo buscam relacionar as categorias de análise e a interpretação marxistas da realidade com o pensamento indianista. A partir disso, tentam produzir uma teoria crítica marxista vinculada à conformação sócio-histórica da Bolívia. Esse empreendimento teórico-político gerou alguns novos conceitos e novas formas de tratar antigas questões concernentes à realidade do subcontinente. Algumas destas questões, especialmente as relacionadas às formas de organização e ao potencial revolucionário das comunidades indígenas são desenvolvidas por autores do grupo, principalmente Álvaro García Linera, a partir de textos marxianos ainda pouco explorados¹. As teorizações do grupo produziram bastante

¹ Marx, ao preparar suas obras, produzia centenas de cadernos de anotações. No *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis*, em Amsterdam, se conservam os cadernos escritos entre os anos de 1880 e 1882. Dentre estes estão de 8 a 10 cadernos sobre a América Latina. O trabalho mais completo publicado

polêmica nos meios intelectual e político bolivianos, principalmente com as correntes indianistas mais radicais e com os marxistas mais ortodoxos, ligados aos partidos tradicionais da esquerda boliviana.

Neste trabalho, analisar-se-á o pensamento de três dos principais autores do grupo Comuna – Álvaro García Linera, Luis Tapia e Raúl Prada – com o intuito de entender sua produção teórica e mapear o caminho de aproximação teórico-política entre um setor do marxismo e o pensamento e a organização política indianista. O recorte em parte da produção destes três autores passa pelo fato de que eles são os que têm mais produção teórica disponível para consulta no Brasil, por um lado, e pelo fato de que a pesquisa que deu origem a este artigo ainda está em fase inicial. Os demais autores do grupo e os demais escritos dos autores aqui citados, apesar de sua importância inquestionável, serão trabalhados na continuidade da presente pesquisa, que busca mapear todo o pensamento do grupo de forma mais ampla e localizá-lo no debate marxista mais geral na América Latina do início do século XXI.

O grupo Comuna sempre buscou aliar construção teórica à prática política, tendo García Linera sido vice-presidente da Bolívia e Raúl Prada e Luis Tapia participado ativamente da Assembléia Constituinte, por exemplo. Tudo isso, aliado às peculiaridades de um país multi-étnico, dos mais pobres da América Latina e que tem desde 2006 um partido popular encabeçando o governo executivo com a figura de um líder indígena como presidente, faz da Bolívia um dos laboratórios teóricos e políticos reais mais interessantes no campo da ciência política e demarca a relevância do tema aqui abordado.

Contextualização histórica e surgimento do grupo Comuna

A Bolívia contou, nos últimos cem anos, com cinco grandes ideologias ou concepções de mundo contestatórias ou emancipatórias: o anarquismo, o indianismo de resistência, o marxismo primitivo, o nacionalismo revolucionário, e o indianismo dos anos 1990, que abriu as portas de diálogo com um “novo marxismo crítico” (LINERA,

sobre esses cadernos é o do antropólogo socialista jamaicano Lawrence Krader, publicado pela primeira vez em 1972, sob o título de *The ethnological notebooks of Karl Marx: studies of Moran, Phear, Maine, Lubbock*. Uma edição espanhola desta publicação, que é utilizada no presente trabalho, saiu em 1988, sob o título de *Los apuntes etnológicos de Karl Marx: transcritos, anotados e introducidos por Lawrence Krader*.

2010, p.316), justamente o protagonizado pelo pensamento e ação política do grupo Comuna. O que Linera denomina “marxismo primitivo” é o marxismo ortodoxo de caráter manualesco, típico dos partidos comunistas estalinistas do subcontinente latino-americano em meados do século XX, que não fazia outra coisa senão aplicar a idéia de que as etapas de desenvolvimento pelas quais a Europa supostamente teria passado seriam universais, o que na prática significava defender a aliança com as burguesias nacionais e a afirmação de programas “nacional-populares” (BIANCHI, 2010, p.185). Esses partidos desconsideravam, ademais, totalmente a questão identitária e étnica dos índios, e neste aspecto incluíam-se também os partidos não estalinistas, como o Partido Obrero Revolucionario (POR), de orientação trotskista.

As noções de racionalização, modernização e avanço da cultura tecnicista, vinculadas diretamente ao marxismo primitivo boliviano, etapista e teleológico, faziam com que não existisse reflexão alguma neste âmbito sobre o papel das comunidades ou da etnia, além de considerar os muitos pequenos proprietários indígenas, organizados num sistema de propriedade comunal, como pequeno-burgueses, que não inspiravam confiança revolucionária (LINERA, 2010; GALLEGOS, STEFANONI, SVAMPA, 2009). A visão ortodoxa e limitada que o grupo Comuna alega que a esquerda tradicional boliviana possuía sobre as comunidades indígenas a princípios do século XX pode ser confirmada com a análise de alguns documentos dos dois partidos marxistas mais importantes existentes à época no país, o Partido Comunista de Bolívia (PCB), de orientação estalinista, e o POR, trotskista. Esse distanciamento e a desconsideração das peculiaridades da vida material dos indígenas fizeram com que o indianismo de resistência tivesse que afirmar, em determinado momento, além da posição contrária ao nacionalismo e ao cristianismo, a oposição também a esse “marxismo primitivo”.

Entretanto, percebe-se que há nesta caracterização da história do pensamento político emancipatório boliviano – bastante conveniente com relação às aspirações do grupo Comuna, na medida em que todo o pensamento crítico boliviano culminaria na produção teórica do grupo – algumas imprecisões. Com relação à atuação política e a produção teórica trotskista, a caracterização feita por Linera é incompleta. Apesar da centralidade na figura do operário tradicional ser clara, não havia desconfiança revolucionária com relação a indígenas e camponeses num nível tão elevado como afirmado pelo autor. As Teses de Pulacayo, de 1946, o documento trotskista por

excelência da época pré-revolução de 1952, afirmavam literalmente que “*la colaboración revolucionaria de mineros y campesinos (...) es la clave de la revolución futura. Los obreros deben organizar sindicatos campesinos y trabajar en forma conjunta con las comunidades indígenas*”. Além disso, é dos trotskistas, principalmente vinculados ao POR, a produção historiográfica e teórica mais completa a respeito do movimento de massas na Bolívia no século XX, e por outro lado é inegável a contribuição do POR para a revolução de 1952 e para o processo de conscientização política da população subalterna boliviana, para além do proletariado. Apesar disso, em grande medida a periodização e as críticas do grupo ao pensamento da esquerda mais tradicional boliviana têm pertinência, principalmente no que diz respeito ao pensamento estalinista.

Entre os anos de 1946 e 1951, um período grave de instabilidade política se instaurou no país, e cinco presidentes passaram pelo poder. Neste período os partidos conservadores mostraram clara incapacidade de governar o país, gerando o resultado das eleições de 1951, nas quais o candidato do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), Victor Paz Estenssoro, foi eleito presidente. Neste processo, teve importância no avanço da conscientização política da população boliviana a atuação dos trotskistas, já que depois da aprovação das Teses de Pulacayo – nas quais eram descritas algumas das supostas condições e possibilidades para a revolução socialista na Bolívia – o POR tornou-se o partido que mais representava os interesses das maiorias sociais no país, mas não conseguia colocar em prática suas consignas (JUSTO, 2007, p.210). O MNR, aproveitando-se da situação, se aproximou discursivamente dessas consignas e ganhou o apoio eleitoral da população boliviana, conseguindo eleger seu candidato à presidência, que foi derrubado pelo golpe militar que levou à insurreição popular que ficou conhecida como revolução nacionalista de 1952. Portanto, tanto anteriormente quanto no processo insurrecional, na mobilização da classe trabalhadora e posteriormente na participação no governo através da *Central Obrera Boliviana* (COB), os trotskistas tiveram uma participação que deve ser considerada muito mais do que mero “marxismo primitivo”, na análise histórica do pensamento emancipatório boliviano.

Logo após a revolução nacionalista de 1952 surgiram os sindicatos camponeses, que após um curto período de atuação independente passaram a servir como instrumento do Estado no campo, quase que totalmente cooptados, através do chamado pacto

“militar-camponês”, aprofundado no governo de René Barrientos (1964-1969) (ANDRADE, 2007, p.1), com um discurso de desconstrução absoluta da identidade indígena (MAIZ, 2009, p.15). Entretanto, as esperanças surgidas com os avanços da revolução de 1952² (voto universal, reforma agrária e a tentativa de estabelecimento de uma educação pública e gratuita) esgotaram suas possibilidades materiais, e um amplo setor dos indígenas não se via incluído na sociedade boliviana, e menos ainda possuía condições de ter autonomia em suas próprias comunidades. A partir dessa constatação, o movimento indianista buscou a auto-afirmação de forma independente do governo, mas não necessariamente em unidade com os sindicatos operários, que mantinham ainda, tanto por questões políticas quanto por interpretações teóricas, um alto grau de desconfiança para com eles. No início da década de 1970, em meio a tentativas de unidade e conflitos entre os sindicatos operários e camponeses, passa a ganhar força o movimento indígena katarista, que propunha defender as “conquistas do índio camponês”, além de lutar por um socialismo genuinamente boliviano (ANDRADE, 2007, p.5). Neste primeiro período de surgimento do indianismo katarista, buscou-se ressignificar a história boliviana, criando na subjetividade indígena uma noção de identidade e unidade com fins políticos, que não existia anteriormente³.

Segundo Linera (2010, p.323-324), já nos primeiros anos da década de 1980 se produz uma lenta descentralização do discurso indígena, criando-se três grandes correntes. A culturalista, mais urbana, se refugiou na religiosidade e na música. A

² A revolução de 1952, que foi impulsionada pela população de La Paz armada e organizada em milícias, restituiu o poder ao presidente eleito pelo MNR, Víctor Paz Estensoro, que devido à pressão popular conduziu algumas reformas importantes, tais como o voto universal, a reforma agrária e a implementação de educação pública e gratuita fizeram com que grande parte da população indígena boliviana apoiasse por muito tempo o governo, no que ficou conhecido como pacto militar-camponês. Entretanto, quando os efeitos imediatos dessas reformas passaram, novos mecanismos de exclusão, com base no racismo e no preconceito com relação aos sobrenomes indígenas começaram a proliferar-se, e aos poucos o movimento indígena passou a organizar-se de forma independente, buscando principalmente sua inclusão real na sociedade boliviana. Ver Mansilla (1980) e Justo (2007).

³ Em fins dos anos 1970, três grandes vertentes deste movimento tomam corpo: a sindical, com a formação da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), que sela a ruptura do sindicalismo camponês com o Estado nacionalista; a partidária, com a fundação do *Movimiento Indio Túpac Katari* (Mitka) e o *Movimiento Revolucionario Túpac Katari* (MRTK); e a acadêmica, historiográfica e sociológica, que busca essa ressignificação política da história indígena da Bolívia, principalmente através de estudos de caso de levantamentos indígenas desde o período colonial (LINERA, 2010, p.323).

vertente mais importante⁴ desse processo foi a denominada “integracionista”, ou katarista plural, que visava à integração dos indígenas no corpo do Estado, seu reconhecimento por parte do Estado e seu reconhecimento como cidadãos, mas sem a homogeneização cultural proposta pelo Estado nacionalista, e sim com a manutenção de suas peculiaridades culturais e organizativas. Além das duas anteriores, uma última corrente do pensamento indianista katarista é a estritamente indígena-nacional, que não demanda a inclusão dos índios no Estado e na cidadania, mas sim a criação de um Estado indígena. Esta vertente tem o mérito de transformar o índio em sujeito de poder, mas trata de forma homogênea em termos culturais as diversas etnias bolivianas, argumentando sobre um possível “pan-inidianismo” (LINERA, 2010, p.325). Há, portanto, desde os anos 1970, divergências entre o indianismo radical e o katarismo plural (MAIZ, 2009, p.21) e nesta vertente mais plural canais de diálogos com o marxismo passaram a ser abertos, principalmente a partir da reestruturação do mundo do trabalho causada pelo neoliberalismo, que fez com que o foco da resistência passasse das organizações de trabalhadores congregadas na COB para o campo, e com a efervescência dos debates de identidade e territorialidade dos povos indígenas.

Esses canais foram percebidos por alguns intelectuais que buscavam tratar dos temas mais caros à realidade do país numa perspectiva materialista histórica não ortodoxa. Impulsionado por Álvaro García Linera, Raquel Gutiérrez, Luis Tapia, Raúl Prada e Oscar Vega Camacho, o grupo Comuna congregou esses intelectuais, que baseavam suas idéias, além dos textos clássicos do marxismo, em alguns menos conhecidos, encontrados entre os manuscritos presentes em Amsterdam. Além disso, o grupo também tinha influência de autores marxistas do século XX, como Antonio Gramsci e o boliviano René Zavaleta Mercado, de alguns autonomistas como Toni Negri e até de correntes mais distantes do marxismo, passando por Pierre Bourdieu, Gilles Deleuze, Félix Gattari, e Michel Foucault – os três últimos principalmente no caso de Raúl Prada.

Da reestruturação do mundo do trabalho causada pelas políticas neoliberais a partir de meados da década de 1980 vinha a necessidade da atualização do pensamento

⁴ É desta vertente que será originada a idéia de um Estado plurinacional, que viria a ser adotada com veemência no projeto político do MAS e conseqüentemente no governo de Evo Morales a partir de 2005.

crítico boliviano, que era justificada com o argumento de que a coluna vertebral da esquerda boliviana, os sindicatos operários mineiros, havia sido duramente derrotada depois da “*Marcha por la Vida*”⁵, em 1986, e as minas de estanho haviam sido fechadas, o que fez com que os trabalhadores migrassem em grande parte para o campo ou para o setor de serviços urbanos. A partir dessa desarticulação brutal dos trabalhadores das minas, a atenção desse setor da esquerda boliviana se voltou para os camponeses, e a temática étnica pôde vir à tona. O grupo Comuna afirmava que era necessário polemizar e teorizar contra uma “esquerda que não via índios, mas somente proletariado, classe média e camponeses” (GALLEGOS, STEFANONI e SVAMPA, 2009, p.13). O grupo expressava, por um lado, a necessidade de incorporar esse amplo setor da população boliviana – os camponeses de origem indígena – no âmbito da análise marxista, e por outro lado via dentro da teoria marxista possibilidades de elaborar um fio condutor na leitura da questão indígena, analisando a realidade boliviana de forma diferente do que a esquerda tradicionalmente havia feito no país e na América Latina.

Caracterização e composição de classe da sociedade boliviana

Para tentar organizar a construção da produção teórica do grupo Comuna, optou-se aqui por iniciar pela maneira como o grupo analisa e caracteriza a sociedade boliviana. Uma das características peculiares da Bolívia, apontada pelo grupo e utilizada como um dos pilares para a sua interpretação da realidade do país constitui-se no fato de ser esta uma sociedade na qual a luta de classes não está configurada por um conflito que se dê apenas no âmbito de um modo de produção (TAPIA, 2009, p.198). Isso significa dizer que a Bolívia é uma sociedade multicivilizatória, na qual coexistem de forma sobreposta e desarticulada vários modos de produção e tempos históricos, mas que por outro lado teve sempre uma estrutura estatal cuja lógica organizativa provinha apenas da civilização moderna e mercantil capitalista (LINERA, 2010, p.187).

Além do setor conformado pela civilização moderna e mercantil capitalista, que comporia no máximo 30% da população boliviana, entre detentores dos meios de

⁵ Marcha realizada por mais de 5 mil trabalhadores mineiros bolivianos acompanhados de suas famílias, em 1986, em protesto contra o fechamento das minas estatais. Depois de 24 horas de cerco do exército, impedindo a chegada de qualquer tipo de suprimento, a 57km da cidade de La Paz – destino da marcha – os mineiros decidiram voltar para suas casas, no que foi considerada uma das maiores derrotas dos trabalhadores mineiros no século XX na Bolívia.

produção, trabalhadores assalariados e serviços, existem ainda mais três configurações civilizatórias diferentes no país andino. Aquela organizada em torno da atividade mercantil simples de tipo doméstico, artesanal e camponês, na qual prevalece uma racionalidade sindical e corporativa, e que se organiza politicamente principalmente baseada na coalizão normatizada de pequenos proprietários mercantis, na qual está presente boa parte do setor informal da economia; a civilização comunal, que organiza a produção de forma coletiva e na qual não existe divisão entre atividade econômica e política; e, por fim, a civilização amazônica, cuja atividade produtiva é itinerante, e a ausência do Estado é total (LINERA, 2010, p.188-190).

Essa configuração multicivilizatória da sociedade boliviana influi diretamente na sua composição de classe. A classe dominante e que quase sempre determinou a forma de organização do Estado e da economia bolivianas é conformada pela burguesia rural, industrial, grandes proprietários de terras e empresários, e vive uma crise de legitimidade política desde o início dos anos 2000 (TAPIA, 2009b). No outro pólo da sociedade, estão os povos indígenas comunitários e itinerantes, os camponeses – em sua maioria também de origem indígena – organizados em torno da agricultura “moderna”, e os trabalhadores urbanos e de fábricas, que em grande parte foram deslocados de seus postos – seja porque as empresas estatais fecharam, seja porque foram demitidos – e migraram para o campo, principalmente nas plantações de coca, ou para a informalidade nas cidades.

Se a compreensão do funcionamento do modo de produção é fundamental para a análise da realidade desde a perspectiva do materialismo histórico, essa análise deve ser feita considerando a totalidade das relações de produção, mas a partir da realidade concreta de cada sociedade. Não é a história dos povos que tem de se adequar aos manuais interpretativos de análise, sejam eles marxistas ou quaisquer outros, mas sim o marxismo que deve ser aplicado como método e arcabouço teórico na análise das realidades concretas, principalmente se o que se busca é transformá-las. É importante perceber, portanto, que a necessidade de incorporação dos povos indígenas originários, principalmente os organizados de forma comunitária, dentro das análises marxistas é proveniente da própria composição de classe da sociedade boliviana. É a partir dessa interpretação da realidade do país que o grupo Comuna elabora a crítica veemente à “esquerda tradicional” na Bolívia, e busca, a partir de um arcabouço teórico

metodológico marxista, incorporar esses setores de acordo com suas peculiaridades históricas e materiais.

Neste sentido, o grupo buscou analisar a conjuntura de mobilizações que colocou em crise o Estado boliviano e levou, nas eleições de 2005, à vitória eleitoral de um partido – o *Movimiento Al Socialismo* – que congregava interesses diversos dentre os setores subalternos do país. Com os deslocamentos no mundo do trabalho provenientes das políticas neoliberais a partir dos anos 80, a forma de organização tradicional em sindicatos urbanos, da qual o grande expoente era a *Central Obrera Boliviana* (COB) perdeu força, e novas formas de organização passaram a surgir. Entre os camponeses, muitos vindos da tradição sindical operária, mas muitos tendo feito parte dos movimentos indígenas dos anos 70, surgiu a *Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB). A CSUTCB organizava os trabalhadores camponeses por meio de assembleias. Além disso, os povos indígenas de tradição mais comunitária, que sempre tiveram uma forma de organização própria, contribuíram de forma importante para o fortalecimento das novas formas de organização do campesinato boliviano, principalmente transportando elementos de sua lógica organizativa – os ayllus – para os sindicatos do campo.

O ayllu é uma forma de organização social territorial, que administra os territórios de forma circular e de maneira rotativa, dando lugar a um grande “arquipélago territorial andino” (PRADA, 2008, p.40). Formado e articulado com as vizinhanças através de filiações e acumulação de alianças, é caracterizado pela participação da coletividade nas decisões políticas em forma de assembleia e pela rotatividade obrigatória de seus líderes, de forma que ser líder da comunidade é mais um dever do que um direito. Essa cultura social e organizativa influenciou diretamente na forma de organização dos sindicatos camponeses e posteriormente os movimentos sociais e, portanto, na maneira como foi conduzida a luta de classes na Bolívia por parte dos setores subalternos, principalmente desde o ano 2000.

Assim, com o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores organizados em sindicatos, extremamente forte entre a revolução nacionalista de 1952 e o advento do neoliberalismo em 1985, e com a recomposição técnica da própria classe trabalhadora (TAPIA, 2009), novas formas de organização e de luta tomaram o protagonismo na

Bolívia. A interpretação da Bolívia como uma sociedade multicivilizatória, aliada à percepção da ausência dos partidos tradicionais de esquerda e da COB na linha de frente das mobilizações anti-neoliberais que balançaram a Bolívia no início da década de 2000, levou o grupo Comuna a buscar respostas em algumas correntes de pensamento – não exclusivamente marxistas – e a produzir uma teoria social e política original no âmbito da América Latina. Entender alguns aspectos centrais dessa produção é fundamental para ter clareza de como se deu essa aproximação teórica de um setor do marxismo presente no grupo com a organização política dos povos indígenas originários, seja nos ayllus ou nos sindicatos camponeses; das polêmicas que foram suscitadas a partir disso; e, principalmente, dos limites e perspectivas dessa teoria para a interpretação transformadora da realidade latino-americana.

Aportes sobre a discussão do sujeito revolucionário na Bolívia

A busca por textos de Marx e Engels (1979; 1980; 1980b;) que tratassem da questão indígena e comunitária rendeu frutos interessantes dentro do grupo Comuna, e muito foi produzido a partir da leitura das Cartas a Vera Zasulich, dos Escritos sobre a Rússia, das análises sobre as situações coloniais da Índia e da Irlanda, de cadernos sobre a América Latina e dos cadernos etnológicos nos Grundrisse, e d'O Capital, principalmente. Apesar de suas posições iniciais visivelmente eurocêntricas sobre a América Latina (BIANCHI, 2010, p.178), aqui Marx mostra uma linha de pensamento pouco estudada e conhecida por grande parte dos marxistas, e aborda questões bastante relevantes para a interpretação da realidade latino-americana, que no contexto da produção do grupo Comuna passam a servir como primeiro meio teórico de aproximação do marxismo com a questão indígena, e conseqüentemente com o movimento indianista.

Nesses textos, Marx considera que o conceito de propriedade utilizado na Europa não pode ser transportado para formas de organização social onde a terra não pode ser alienada (vendida), do que resulta que a propriedade comunal é entendida como propriedade de toda a comunidade, não como propriedade privada de cada um dos indivíduos que nela estão (LINERA, 2008, p.34). A partir disso, fica claro da perspectiva do grupo o equívoco de se considerar os proprietários comunais bolivianos como pequeno-burgueses, que não podem ser dotados de “confiança revolucionária”. Os apontamentos etnológicos de Marx mostrados por Lawrence Krader (1988) mostram que

o pensador alemão de forma nenhuma se mantinha preso aos esquemas manualescos propagados pela Segunda Internacional e depois por Joseph Stalin, os quais afirmavam a existência de apenas cinco modos de produção possíveis: modo de produção primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo; e que todas as sociedades tinham que ser caracterizadas a partir dessas categorias. Segundo Linera,

Una de las mayores enseñanzas que da este texto es la forma marxista de abordar la interpretación del desarrollo histórico de los pueblos comunitarios bajo procesos de colonización y dominio, no sólo por naciones extranjeras, sino esencialmente por formas de producción distintas. En particular, Marx rechaza que el único camino posible de salida, cuando un pueblo con una forma de producción distinta somete a otro, sea el de la imposición de la forma de producir de los dominantes sobre los dominados, como en Irlanda (...) La caracterización como “feudal” de las relaciones comunitarias esenciales de la producción campesina, en el caso de Bolivia y de otros países del mundo donde prevalecieron formas transformadas de comunitarismo, incluso en medio de relaciones capitalistas, siempre ha llevado a desconocer el papel y las tendencias revolucionarias de las masas comunarias, que sólo son vistas como residuos feudales que deben dar paso al ‘pujante capitalismo’ (LINERA, 2008, pp. 45, 48-49).

Os intérpretes estalinistas bolivianos, localizados no PCB, analisavam a Bolívia dentro dessas características, em geral caracterizando o país como semi-feudal, e indicavam que a passagem pelo capitalismo era necessária para a chegada do socialismo. Os trotskistas do POR, por outro lado, percebiam a diversidade de formas econômicas na Bolívia, mas acreditavam na predominância de uma forma capitalista atrasada, como fez Guillermo Lora (1994, p.42), e caracterizavam as sociedades pré-colombianas simplesmente como pré-capitalistas e iguais entre si, o que dá a idéia de que necessariamente é preciso passar pelo capitalismo para chegar à revolução. Além disso, como já citado, ambas as correntes desconsideravam o papel revolucionário potencial dos camponeses indígenas.

Além da caracterização da propriedade comunal, um segundo caminho de aproximação teórica e prática desse grupo de marxistas com a massa indígena consiste na caracterização do que significa o conceito de classe trabalhadora depois da reestruturação do mundo do trabalho proveniente do neoliberalismo. A caracterização da sociedade

boliviana como multicivilizatória, leva à percepção da existência de uma “classe comunal”, que circula e tem um modo de produção próprio, não-capitalista, ainda vigente na sociedade boliviana. A consideração da categoria de classe comunal como uma classe social que não é necessariamente pequeno-burguesa nem proletária e que pode ter um destino revolucionário no processo de desagregação gerado pela dominação capitalista é original no âmbito do marxismo. Para essa argumentação, o grupo alia as leituras dos cadernos etnológicos e sobre a América Latina com o retorno principalmente às leituras d’O Capital (MARX, 1974) e do Manifesto Comunista (*Id.*, 1998), além dos estudos do grupo acerca das formas de organização e dos modos de produção dos povos indígenas originários na Bolívia, principalmente de Raúl Prada.

Para este autor, que dentre os participantes do grupo é o que tem menos influência do marxismo em sua construção teórica, é a classe comunal por si só que carrega o potencial revolucionário. Influenciado diretamente por autores pós-modernos como Gilles Deleuze, Félix Guattari, além de Michel Foucault, Prada argumenta que o comunismo não é só a forma de sociedade baseada na satisfação das necessidades e no alcance do reino da liberdade, mas sim todas as formas de sociedade que atualizam as formas comunitárias e coletivas. O comunismo não seria uma tarefa generalizante a ser cumprida, mas sim o aglomerado de atualizações das formas comunitárias, que já existem no presente e não reproduzem a lógica capitalista, e que articuladas nos movimentos sociais criariam “contra-poderes” (PRADA, 2008). É a partir da noção de contra-poder e do conceito de multidão, herdadas do italiano Toni Negri, que Prada busca fazer a ponte entre a tradição mais pós-moderna à qual se filia com uma perspectiva que busca a superação do sistema capitalista:

(...) el comunismo es la construcción en el presente del entramado social alternativo al Estado y a las estructuras sociales capturadas por el Estado y por el capital. Como dice Antonio Negri, hay varias formas de comunismo (...) En la perspectiva que trazamos nos interesa concentrarnos en la actualización de las formas comunitarias y colectivas que se diseñan en los movimientos sociales de Bolivia. (PRADA, 2008, p.17)

Mesmo não enfatizando as condições objetivas dos movimentos e não deixando em primeiro plano na análise o projeto político que representa o comunismo nem as condições materiais para a existência deste, Prada aponta para a necessidade de uma

articulação entre essas formas de “comunismo já existentes”, que são os movimentos sociais. Neste sentido, se aproxima um pouco mais da análise de Luis Tapia e García Linera, que consideram a importância e o potencial revolucionário da classe proveniente dos povos indígenas comunitários, mas enfatizam a necessidade de formação de um bloco, de um sujeito histórico que de fato tenha condições de organizar a resistência ao sistema capitalista na Bolívia e apontar rumos para outro projeto de sociedade.

Tapia (2009), para analisar a formação do bloco historicamente dominante na Bolívia, as razões que levaram a sua crise, e a conformação de um bloco político oposto que contribuiu com a tomada do poder de Estado em 2005, parte da diferenciação de composição técnica e composição política de classe. A composição técnica de classe se relaciona com a configuração específica das forças produtivas, logo, define a classe propriamente dita. Já a composição política são as formas de organização, as práticas políticas e a ideologia que são produtos históricos da luta de classes e que possibilitam certo grau de autonomia que a classe desenvolve com relação a sua posição no processo produtivo (TAPIA, 2009, p.13). Da composição técnica se deriva o sujeito classista propriamente dito, que detém ou disputa o poder de classe na sociedade, enquanto que da composição política se deriva o sujeito político, aquele que disputa o poder de Estado. A formação de um bloco político, seja ele dominante ou não, se dá a partir da articulação da constituição desses sujeitos classistas com as determinações das estruturas nacionais e do sistema mundial. Não se trata de um bloco histórico já estabelecido no sentido gramsciano, porque a hegemonia ainda está em disputa. Por outro lado, não se trata tampouco de uma fração da classe dominante articulando o poder, como diria Poulantzas. Assim, a idéia de bloco político de Tapia tem elementos inovadores dentro do pensamento político marxista.

Se pode inferir que, para o grupo Comuna, em termos gerais, o sujeito político da transformação social dos últimos anos na Bolívia tem sido um bloco multiclassista formado dentro do pólo subalterno da sociedade. Este bloco se conforma pela articulação entre a classe comunal, camponeses, trabalhadores e um setor das classes médias, em torno a um projeto político de matriz nacional popular, por um lado, e de afirmação das identidades indígenas por outro. Quando se organiza em movimentos sociais e em sindicatos herdando muitas das práticas políticas indígenas e desemboca num instrumento partidário de cunho popular, este bloco se torna sujeito político ativo. A

partir das análises de Luis Tapia, se percebe que os sujeitos classistas subalternos, transformados em sujeitos políticos e articulados num bloco político amplo logram a capacidade de colocar em crise o bloco dominante e disputar a hegemonia na Bolívia desde os anos 2000. Essa articulação de sujeitos, portanto, conforma o que pode vir a ser o sujeito revolucionário na Bolívia, desde que estejam organizados em torno de um projeto de superação do sistema capitalista e não simplesmente de um projeto de matriz nacional-popular e valorização e resgate das identidades indígenas.

Por sua parte, García Linera considera que a classe trabalhadora se forma processualmente a partir da condição em que se posicionam seus membros nas relações sociais do sistema capitalista. O setor que em última instância tem como única maneira de tornar útil seu trabalho e de fazer valer o valor de uso da sua capacidade de trabalho tem de se submeter aos ditames do capital é a classe trabalhadora (LINERA, 2010, p.69). Neste sentido, passa-se a considerar como classe não só os trabalhadores que têm sua força de trabalho expropriada diretamente pelo proprietário dos meios de produção, mas também aqueles que passam por intermediários, prestando serviços, fazendo trabalhos no próprio domicílio, ou aqueles que vendem sua força de trabalho através de produtos, os trabalhadores autônomos, pequenos vendedores, etc. Com essa caracterização, Linera incorpora na classe trabalhadora – e em oposição à classe burguesa – justamente o setor proveniente do fechamento das minas e grande parte dos indígenas que tiveram suas propriedades comunais destruídas e passaram a trabalhar nas cidades.

Toda essa gama de sujeitos sociais que conformam o bloco político subalterno na Bolívia teria, segundo Linera (*idem*, p.75), sua capacidade de trabalho completamente submetida aos interesses e aos ditames do capital, e teria em comum justamente essa condição subordinada ao capital e à classe burguesa, que determinariam suas condições materiais de existência. O trabalho e o valor produzido por eles são direcionados em última instância à valorização do capital, o que os coloca em oposição à classe que se beneficia com essa valorização, aos verdadeiros donos dos meios de produção⁶.

“Essa valorização do capital pode acontecer, em certos casos, no plano individual, como ocorre com os assalariados de empresas; ou, em outros, na sociedade em seu conjunto, como o que sucede com os trabalhadores

camponeses, artesanais, familiares, ou “conta-próprias”, uma vez que estes, sem valorizar tal ou qual empresário privado e sem manter contratos de emprego com nenhum burguês, mercantilizam sua capacidade de trabalho e valorizam o capital social enquanto submergem em relações mercantis (compra e venda de força de trabalho temporário, compra de produtos industriais, venda de produtos próprios, empréstimos bancários, etc.)” (LINERA, 2010, p.75).

A questão, portanto, não é ter um vínculo contratual ou não ter a posse legal de uma propriedade para fazer parte da classe trabalhadora, mas sim ter as condições materiais de vida determinadas pelos interesses do capital e a força de trabalho sendo usada para valorizar o capital: o trabalhador é uma mercadoria, e passa a ser visto como capital variável dentro do sistema.

Juntando as duas perspectivas analíticas, nota-se que dada a reestruturação do mundo do trabalho a partir dos anos 80 e a condição multicivilizatória da sociedade boliviana, o sujeito revolucionário na Bolívia, o que seria o proletariado na Europa moderna nas análises de Marx, passa a ser da perspectiva do grupo Comuna o sujeito político conformado da aliança entre a classe trabalhadora – entendida da forma ampliada demonstrada por Linera –, os camponeses e a classe comunal potencialmente anticapitalista. Nenhum tipo de mudança estrutural profunda na Bolívia pode ser feito sem a atuação em conjunto dessas forças, articuladas num bloco que dispute a hegemonia e que logre implementar outro projeto político e econômico no país.

Horizonte e projeto político do grupo Comuna

A fragilidade e as contradições do governo do MAS, desde 2005, além de serem relacionadas diretamente às condições econômicas objetivas internas e externas, podem ter relação direta também com a falta de um projeto amplo anticapitalista para o país. O horizonte político do grupo Comuna, ou seja, o objetivo final da luta política impulsionada por suas teorizações, é a superação do capitalismo em busca do comunismo. Entretanto, ao analisar as condições objetivas da realidade boliviana, os sujeitos classistas atuantes no pólo subalterno e os limites e perspectivas das mobilizações entre 2000 e 2005, o grupo percebe a importância de pensar concretamente nas condições para a transição.

Neste sentido, há uma evolução teórica por parte de alguns autores do grupo de posições autonomistas inspiradas em Toni Negri, que preconizavam uma autonomia total dos movimentos sociais e a possibilidade de construir outra sociedade a partir apenas da sociedade civil através de “contra-poderes”, para uma linha de pensamento que enxerga a importância do Estado no processo de transição. As mobilizações ocorridas entre 2000 e 2005 de certa forma deixaram claros os limites de uma atuação exclusivamente por fora do Estado, que apesar de ter o poder de desestabilizar o bloco dominante terminam por esbarrar em uma estrutura jurídico política e militar repressora e que funciona como principal motor da reprodução ideológica e material do sistema vigente. A partir daí, passa-se a pensar de forma mais concreta no caráter efetivo da revolução boliviana e nas formas de efetivá-la.

En las movilizaciones [desde 2000] había anidado un enorme potencial comunitario, un enorme potencial universalista, un enorme potencial autonómico. Mis momentos de mayor lectura autonomista, autogestionaria y de posibilidad comunista son los momentos anteriores a la movilización social. En los momentos en que comienzan a desplegarse las movilizaciones vemos sus enormes potenciales pero también tenemos muy claras las limitaciones que van aflorando. Recuerdo que, desde 2002, vamos teniendo una lectura mucho más clara y hablamos del carácter de la revolución, como democrática y descolonizadora. Y dijimos: no vemos aún comunismo. Por doctrina, la posibilidad del comunismo la vimos en un fuerte movimiento obrero autoorganizado, que hoy no existe, y que, en todo caso, podrá volver a emerger en veinte o treinta años. (LINERA, 2010, p.22)

Assim, o grupo percebe que as tarefas a serem cumpridas pela revolução boliviana, ou pelo Estado de transição, são democráticas, nacionais e descolonizadoras (PRADA, 2008; LINERA, 2010; TAPIA, 2009). Tapia, utilizando o arcabouço teórico marxista de René Zavaleta (1986), afirma que é necessário rearticular a forma primordial de relação entre estado e sociedade civil no país em torno a um projeto nacional, que não seja mediado pelos centros de poder empresariais internacionais e locais. Essa proposição parte do pressuposto de que as condições de subordinação da economia dos países subalternos – dependência – estão determinadas não apenas por fatores externos, mas também pela correlação de forças interna e pela forma como se configura a relação entre Estado e sociedade civil internamente (TAPIA, 2009, p.168). A rearticulação dessa forma

primordial, portanto, a partir de um bloco político dominante subalterno, que se organizasse em torno de um projeto de nacionalizações, democratização e fortalecimento da economia interna, além do fortalecimento da autonomia das comunidades indígenas, seria um dos fatores preponderantes para que o bloco subalterno se consolidasse no Estado e pudesse efetivar de fato a transição.

Um Estado que desse conta da multiplicidade de etnias e de “civilizações” da sociedade boliviana também é necessário para começar a efetivar a transição, segundo o grupo. Daí a idéia de um Estado plurinacional, que efetivasse uma descolonização radical. Isso significa construir *“las condiciones de posibilidad histórica de una democracia efectiva en un continente conquistado, mutilado, explotado y saqueado donde los Estados criollos hicieron la guerra a las sociedades indígenas”* (PRADA, 2008, p.132). Daí a necessidade de uma Assembléia Constituinte que funcionasse como instrumento de poder constituinte dos povos indígenas originários e criasse as condições legais para a estabilização de um Estado de transição e o fortalecimento da auto-organização dos povos indígenas, potencialmente revolucionários por sua forma de organização e produção não capitalistas – ainda que atualmente em grande parte subordinadas à valorização do capital, através da subsunção real do trabalho ao capital dentro do capitalismo boliviano, demonstrado por Linera (1995).

Para García Linera, as tarefas necessárias – e possíveis – para o momento atual são garantir igualdade, a ampliação de direitos e a redistribuição de riquezas. O socialismo não se faz por decretos, e o possível para agora seria a construção de um capitalismo pós-neoliberal e de espécie diferente, chamado pelo autor de “andino-amazônico”, que reequilibre as formas econômicas não capitalistas com as capitalistas e potencialize as anteriores, para que com o tempo gerem processos de maior “comunitarização” que tornem possível pensar em pós-capitalismo. A Bolívia é um país capitalista no sentido marxista do termo, mas não totalmente, e essa é sua virtude, segundo Linera, e apesar de o capitalismo andino-amazônico ainda ser capitalismo, o modelo contém um conjunto de forças e estruturas sociais que podem se desenvolver em pós-capitalistas com o tempo (GALLEGOS, STEFANONI, SVAMPA, 2009, p.76).

O grande limite para a revolução na Bolívia hoje e que determina o nível de profundidade e radicalidade das tarefas impostas para o momento atual está, ainda

segundo Linera, no fato da economia boliviana ter base fundamentalmente familiar, na qual os níveis de exploração são muitas vezes maiores do que no setor moderno industrial. Por isso, se busca com o capitalismo andino-amazônico a “modernização” das economias familiares, no sentido de reduzir os mecanismos de subordinação dessas formas tradicionais ao capital, para possibilitar a melhora das condições tecnológicas da produção familiar, a maior rentabilidade interna e melhor distribuição das riquezas: isso significaria um enfraquecimento da subsunção formal na perspectiva de economias articuladas de forma mais solidária. O mesmo ocorre com as comunidades, que subsumidas formalmente ao capital e com jornadas de 12 a 14 horas sem direitos trabalhistas, se tornam mecanismos de exploração capitalistas encobertos por laços familiares. O capitalismo andino-amazônico buscaria promover o desaparecimento dos elementos que aprisionam o potencial comunitário e expansivo dessas economias camponesas, subsumindo-as ao capital (GALLEGOS, STEFANONI, SVAMPA, 2009, p.80).

Nota-se que na evolução teórica do grupo que por conta da influência autonomista de sua produção inicial – com diferenças entre os autores, vale ressaltar – nunca foi dada grande importância ao partido como instrumento de luta da classe trabalhadora para a superação do sistema capitalista. O MAS sempre foi caracterizado como uma confederação de movimentos e organizações, que canalizava as diversas lutas em torno de uma tentativa de projeto nacional no plano político. Com a percepção da importância do Estado para o processo de transição, o grupo passa a pensar neste com uma dupla perspectiva: um campo de luta importantíssimo para a consolidação de um novo bloco dominante, por um lado, e por outro como um potencial criador de síntese entre esse novo bloco dominante que se conforma (COMUNA, 2010). De certa forma, o Estado passa a ter um papel importante na construção de uma síntese programática para o processo de transformação boliviana dentro do pensamento do grupo, principalmente desde que o MAS assumiu o poder executivo e a maioria parlamentar na Bolívia em 2005.

Polêmicas e questionamentos

A produção teórica do grupo Comuna, aliada à atuação política de alguns de seus membros, em especial García Linera – atual vice-presidente da Bolívia – gerou muitas

polêmicas na esquerda e no movimento indianista bolivianos. O maior exemplo de polêmica no campo intelectual marxista é o de Lorgio Orellana Aillón, sociólogo e marxista boliviano de origem trotskista, principalmente com relação à caracterização da classe trabalhadora feita por Linera. Aillón considera que, de fato, existiram mudanças substanciais no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva, mas que estas foram de cunho organizativo e tecnológico, e que não alteraram substancialmente a condição dos trabalhadores. Neste sentido, o autor considera que o que Linera faz é uma subjetivação da idéia de proletariado, passando a considerar mais importante as questões subjetivas, culturais e de identificação do que as condições materiais. Isso seria fruto de um sentimentalismo exacerbado, que se sobrepõe à razão, e que acaba por “*destilar ideología burguesa en su estado más puro*”. (ORELLANA AILLÓN, 2003, p.72)

Sobre Linera, Aillón afirma que

El autor no muestra “relación de fuerzas” alguna, sino *impotencia* obrera frente a *potencia* capitalista, servilismo obrero ante el capital, supremacía incontrovertible del capital sobre el proletariado “querellante” y “nacionalista” pre 1985 o sobre el proletariado “fragmentado” y “pulverizado” del neoliberalismo. ¿Qué diferencias substanciales existen entre este lastimero quejido marxizante y la sentencia neoliberal de que la clase obrera y la lucha de clases ya no existen? (*Id. Ibid.* p. 73).

Além das polêmicas com outras tradições marxistas na Bolívia, o pensamento político do grupo Comuna suscitou polêmicas com o setor mais radical do indianismo, de viés anti-branco, representado principalmente por Felipe Quispe e o partido do qual faz parte, o *Movimiento Indígena Pachakuti* (MIP). Enquanto o indianismo katarista que se deixou aproximar do setor marxista do grupo Comuna defende um movimento indígena plural e inclusivo e caracteriza os maiores inimigos como sendo agentes externos, principalmente imperialistas e colonizadores, o MIP defende uma idéia de nação estritamente Aymará, sem a participação do homem branco em nenhum aspecto, e negando também a centralidade das outras identidades indígenas presentes na Bolívia. Além disso, este movimento tem caráter totalmente anti-capitalista e de conseqüente negação da democracia liberal, caracterizando o MAS como um partido social democrata (MAIZ, 2009, p.27) e, a partir do momento em que ocupou o Estado, perpetuador da ordem capitalista e ocidental vigente. Para Felipe Quispe (2001) não são apenas os

Estados Unidos, os brancos estrangeiros e as multinacionais os inimigos, mas também todos os

bolivianos brancos e mestiços (...); os instrumentos locais ou capangas dos opressores estrangeiros ou colonialistas incluem ambos os partidos tradicionais de esquerda (acusados de desvios à direita) e, em particular o MAS, considerado o agente mais prejudicial à causa do MIP, devido a seu reformismo (visto como “integração ao sistema”), seu caráter social democrata (tido como “subserviência ao capitalismo”) e seu oportunismo. (MAIZ, 2009, p.27).

Nota-se que o debate suscitado a partir das reflexões e da atuação política de membros do grupo Comuna, que desde o princípio se propôs a aliar marxismo e indianismo na análise da realidade boliviana, ultrapassa os limites do debate marxista e se apresenta como uma temática ampla e desafiadora. As elaborações teóricas feitas pelo grupo no âmbito do marxismo contribuíram com a análise da realidade boliviana e influíram diretamente nos rumos políticos do país. Entretanto, é justamente na prática política de seus militantes que se concentra atualmente a crítica ao grupo. As críticas ao governo do MAS, do qual Linera é figura-chave, principalmente com relação à não realização de mudanças econômicas, sociais e políticas mais radicais e à continuidade de algumas políticas supostamente neoliberais geraram rupturas políticas dentro do grupo, e contribuíram para uma certa confusão entre o que é crítica teórica ao pensamento do grupo e o que é crítica da atuação política de alguns de seus membros.

Conclusão

A atuação política em seu sentido mais amplo, principalmente quando o objetivo é transformar radicalmente a realidade existente, necessita de uma fundamentação teórica consistente e bem elaborada. O grupo Comuna tem uma produção intelectual vasta e complexa no âmbito do marxismo – e em parte fora dele – principalmente sobre a organização social, política e econômica da Bolívia, as formas de luta política, as potencialidades da sociedade boliviana e o Estado, entre outras questões. Dentro dessa produção algumas formulações inovadoras foram produzidas, entre elas: a caracterização da Bolívia como uma sociedade multicivilizatória e na qual diversos modos de produção se sobrepõem; a conceituação da classe comunal como potencialmente revolucionária; e a composição do potencial sujeito revolucionário na Bolívia atualmente, etc. Além disso,

o pensamento do grupo influenciou e influencia alguns caminhos trilhados pelo governo de Evo Morales, uma das experiências de governos de esquerda apontadas por estudiosos do mundo inteiro como das mais interessantes na América Latina, apesar de atualmente mostrar de forma cada vez mais clara os seus limites.

Sendo assim, um dos maiores logros do grupo foi conseguir aproximar e englobar em uma análise totalizante da sociedade e da luta de classes na Bolívia, desde uma perspectiva marxista, a população boliviana organizada em comunidades indígenas e um setor amplo do pensamento indianista. Isso é fundamental para compreender os processos de luta instaurados desde 2000 no país, e sem dúvida é muito importante para entender a realidade e as potencialidades transformadoras de outros países do continente latino-americano.

A partir dessas considerações e de tudo o que foi exposto, fica clara a importância desta produção intelectual, tanto para a história recente da Bolívia quanto para o pensamento marxista latino-americano, na medida em que atualmente esse pensamento passa por um processo de reformulação e atualização, principalmente à luz da reestruturação do mundo do trabalho ocorrida na década de 80 e da ascensão democrática de alguns governos declaradamente pós-neoliberais e com supostas perspectivas socialistas no continente. O grupo logra pensar a realidade boliviana a partir de um método e de categorias de análise marxistas, sem aplicá-las de forma mecanizada, compreendendo a necessidade – afirmada pelo materialismo histórico – de apreender os elementos concretos e materiais da realidade, para pensá-la e modificá-la. Este talvez seja seu maior mérito, independente do ecletismo teórico-metodológico às vezes exagerado e dos limites de análise dos conceitos apresentados.

Por último, é importante afirmar que a associação direta do pensamento do grupo Comuna com o governo de Evo Morales, apesar de tentadora, é um erro. Não há dúvidas de que há influência do pensamento do grupo no governo, principalmente por conta da figura de García Linera, mas ela tem limites e a atividade política real impõe uma série de novas situações e processos decisórios os quais obviamente a teorização não dá conta. Em linhas gerais, entretanto, pode-se afirmar que as tarefas às quais se propôs inicialmente o governo têm relação direta com as tarefas vistas como necessárias pelo grupo. De qualquer forma, a condução dessas tarefas e as concessões feitas no processo

de disputa política boliviana não podem ser debitadas nos limites teóricos do grupo. Se o pensamento do grupo Comuna apresenta limites, as contradições do governo Evo Morales são bem mais claras e graves, inclusive quando cotejadas com a produção teórica do grupo. O mais importante, entretanto, é que dessa produção intelectual, ainda pouco conhecida, seguramente muito poderá utilizar-se para as reflexões sobre os movimentos de luta anti-capitalista na América Latina e no mundo.

Bibliografia

- ANDRADE, E. *Luta de classes e conflitos étnicos na Bolívia contemporânea*, 2007 disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao3/Everaldo_Andrade.pdf
- BIANCHI, A. *O marxismo fora do lugar*. In: Política e Sociedade, v.9 n.16, pp. 177-203, Florianópolis: UFSC, 2010.
- COMUNA, *El Estado. Campo de lucha*. La Paz: Comuna, 2010
- GALEGOS, F.R., STEFANONI, P., SVAMPA, M., *Las vías de la Emancipación: Conversaciones con Álvaro García Linera*. Cidade do México: Ocean Sur, 2009.
- JUSTO, L. *Bolivia: la revolución derrotada*. Buenos Aires: RyR, 2007
- KRADER, L. *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Siglo XXI de España, 1988.
- LINERA, A.G. *A Potência plebéia – Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Capítulo I. Marxismo y mundo agrario*. En publicacion: La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires; PROMETEO libros, Buenos Aires. Octubre. 2008. (não tem esse capítulo na edição brasileira)
- _____. *Forma valor y forma comunidad: aproximación teórica-abstrata a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal*. La Paz: Chonchocorro, 1995.
- LORA, G. *Elementos del Marxismo*, In: Obras Completas. La Paz: Ediciones Masas, 1994.
- MANSILLA, H.C.F.: *La revolución de 1952 en Bolivia: un intento reformista de modernización*. In: Revista de Estudios Políticos, n. 17. Madrid: Nueva Época, 1980, pp. 117-128.
- MARX, K., ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998
- _____. *La dominacion britanica en la India*, In: Karl Marx, Friedrich Engels, Obras Escogidas I, Moscou, Editorial Progreso, 1980
- _____. *Escritos sobre Rusia. El porvenir de la comuna rural rusa*. Mexico: Siglo XXI, 1980b
- _____. *Imperio y colonia : escritos sobre Irlanda*. Mexico : Pasado y presente, 1979.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979b.
- _____. *O Capital*, Coimbra: Centelha - Promoção do Livro, SARL, 1974. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>
- ORELLANA AILLÓN, L. *El Gobierno del MAS no es nacionalista ni revolucionario: Un análisis del Plan Nacional de Desarrollo*. Serie Documento de Coyuntura 13. La Paz : CEDLA, 2006.
- _____. *La clase obrera: su determinación económico-social y su mistificación*. La Paz: PROMEC-UMSS / Plural Editores, 2003.
- PRADA, R. *Subversiones indígenas*. CLACSO/Comuna /Muela del Diablo Editores, La Paz, 2008.
- QUISPE, F. *El MAS es un partido socialdemócrata*. Interview in Chileahora. [S.l.]: [s.n.], 2006.
- _____. *Organización y proyecto político de la rebelión indígena Aymara-Quechua*. Interview with P. Costas, M. Chaves, A. García. [S.l.]: [s.n.], 2001.

SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

TAPIA, L.M. *La coyuntura de la autonomía relativa del Estado*, La Paz : CLACSO / Muela del Diablo / Comuna, 2009.

_____. *A transformação do Estado boliviano*. In: *Diplomacia, Estratégia, Política*, N. 10. Brasília: Projeto Raul Prebisch, 2009b.

_____. *Bloque F: Sobre la Actualidad de Pensamiento de Zavaleta: Análisis Comparado*. En publicación: "La Producción del Conocimiento Local". 2003.

_____. *Pensar Bolivia desde la obra Pensade René Zavaleta*. La Paz: CIDES, Postgrado en Ciencias del Desarrollo, UMSA, Universidad Mayor de San Andrés, 2005

_____. *La invención del núcleo común. Ciudadanía y gobierno multisocietal*. CLACSO, 2006.

ZAVALETA MERCADO, R. *Lo nacional-popular en Bolivia*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1986.